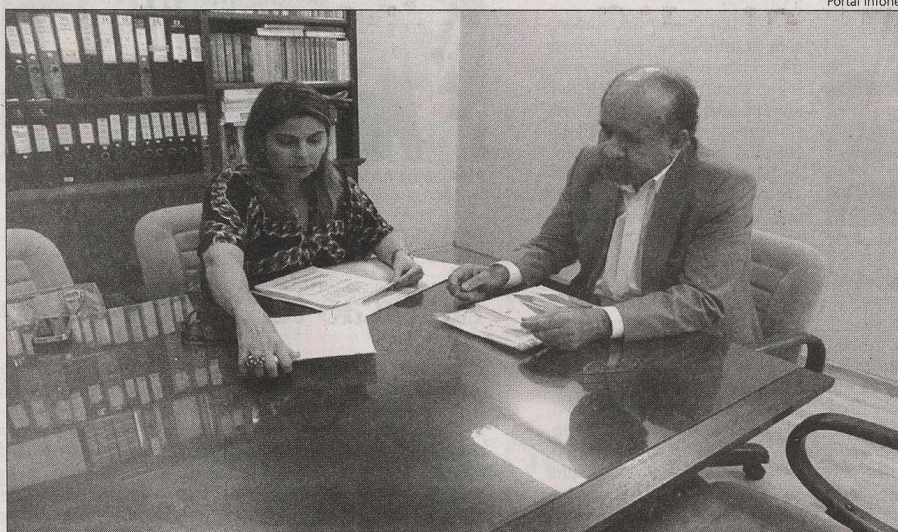




ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B2  
Data: 15 e 16/11/2012



Portal Infonet

**EUZA MISSANO**, do MP e Sérgio Monte Alegre, do TCE, estiveram reunidos na manhã de ontem para discutir como os órgãos, juntos, podem ajudar na resolução do caos na Saúde

MP E TCE UNIDOS

## Órgãos querem melhoria da saúde

Discutir os transtornos que a falta de abastecimento na Saúde pública vem causando para a sociedade. Esse foi o objetivo da reunião que aconteceu ontem, 14, entre o Ministério Público Estadual (MPE) e o Ministério Público Especial, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE). “O propósito que existe aqui é colaborar para que esses problemas tenham uma solução definitiva. Não adianta providenciar o fornecimento de um medicamento hoje e outro medicamento faltar amanhã”, declarou o procurador-geral do Ministério Público Especial, Sergio Monte Alegre.

Segundo Sérgio, os problemas da saúde pública ferem um dos maiores direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal que é o da saúde. “O Tribunal de Contas está fazendo inspeções e começou pela área de Oncologia, porém é uma área sofisticadíssima e de alta especialização profissional. Nós também estamos

atuando na Fundação Hospitalar de Saúde. Por exemplo, a equipe constatou que dos mais de 100 medicamentos necessários para o tratamento de câncer faltam quase 50. Que não tenha recursos para a aquisição de equipamentos de última geração é até compreensível, porém, faltar insumos básicos, isso realmente foge do razoável” afirmou.

Segundo a promotora de Justiça, Euzamissano, está sendo pedida também a execução da ordem liminar para que em um prazo de 48h, no caso específico dos remédios oncológicos, haja o abastecimento dos medicamentos em falta. “Queremos que o Ministério Público Estadual possa apurar a prática do crime de desobediência não cumprimento da ordem liminar sem prejuízo das sanções que estabelecem as leis de improbidade administrativa. O mesmo será feito em relação à Central de Material e Esterilização (CME) para que sejam providenciados os insu-

mos necessários para a validação dos materiais esterilizados” acrescentou.

“No caso dos medicamentos oncológicos nós temos uma decisão de março de 2012 onde o juiz manda dispensar no prazo de 10 dias todos os medicamentos quimioterápicos e até agora o que existe é exatamente o que o procurador Sergio disse que chega um e falta outro. O que agrava a situação é que são medicamentos básicos. Por exemplo, a cisplatina ela é para a oncologia o que uma dipirona é para a febre” completou Euzamissano.

No dia 8 de novembro, o conselheiro Reinaldo Moura apresentou um relatório preliminar resumido sobre a situação de deficiência da área medicamentosa. “Diante da gravidade da situação, o Tribunal de Contas imediatamente determinou um prazo de uma semana para que a FHS providenciasse todos os medicamentos que estivessem faltando. Mas por não ter um

processo jurídico formalizado, essa proposta não foi acolhida. Então foi dado entrada em um processo e na plenária da próxima semana será dado prazo de 15 dias para que o presidente da FHS tome as devidas providências, mas os dados não mostraremos as consequências jurídicas para o descumprimento dessa decisão”, disse o procurador-geral.

O Tribunal de Contas já recebeu algumas explicações da Secretaria de Estado de Saúde e da Fundação Hospitalar de Saúde, mas os dados não vieram de forma clara. “Recebemos uma documentação, mas chegou um amontoado de documentos e não um relatório, nem um demonstrativo de quais faturas foram pagas, nem uma explicação de como o débito foi assumido, já que o Estado recebeu mais de R\$ 300 mi de janeiro até agora, cerca de 20% a mais do que em 2011. Queremos saber como as coisas chegaram a esse ponto”, enfatizou Sérgio Monte Alegre.